



AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000)”¹

Márcia Vidal Nunes

Universidade Federal do Ceará

Curso de Comunicação Social

Resumo: As rádios comunitárias do Ceará se proliferam cada dia mais, seja em bairros de Fortaleza ou em cidades do interior. Por lei, é proibida sua utilização para fins políticos. No entanto, o que se observa é a desobediência da lei e um uso abusivo destes meios para promoção deste ou daquele candidato durante a campanha eleitoral e, principalmente, no período que antecede ao seu início. Um fator preponderante que permite que isso seja feito é que, em sua maioria, as rádios ditas comunitárias pertencem a políticos. Esta pesquisa, realizada durante as eleições de 1998 e 2000, objetiva analisar se a linguagem dessas rádios politiza o ouvinte, ajudando-o a exercer sua cidadania, ou se é uma forma de manipulá-lo, tornando-o um mero instrumento de produzir votos.

As rádios comunitárias do Ceará se proliferam cada dia mais, seja em bairros de Fortaleza ou em cidades do interior. Por lei, é proibida sua utilização para fins políticos. No entanto, o que se observa é a desobediência da lei e um uso abusivo destes meios para promoção deste ou daquele candidato durante a campanha eleitoral e, principalmente, no período que antecede ao seu início. Um fator preponderante que permite que isso seja feito é que, em sua maioria, as rádios ditas comunitárias pertencem a políticos. Esta pesquisa objetiva analisar se a linguagem dessas rádios politiza o ouvinte, ajudando-o a exercer sua cidadania, ou se é uma forma de manipulá-lo, tornando-o um mero instrumento de produzir votos.

A primeira fase da pesquisa, realizada durante os anos de 1997 e 1998, abrangeu dois municípios do interior cearense e a capital do Ceará, Fortaleza². Na primeira etapa, foram

¹ Resumo do capítulo quinto do Relatório Técnico-Científico Final do Pós-Doutorado “Rádios Comunitárias: Exercício da Cidadania ou Instrumentalização nos Processos Eleitorais 1998-2000?”, apresentado no Departamento de Relações Públicas, Turismo e Propaganda da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, em junho de 2002.

² Uma cidade com dois milhões de habitantes.



selecionadas as emissoras Rádio Sal da Terra 101.1 (Sobral³), Rádio Emoção FM 104.9 (Fortaleza) e Rádio Juazeiro FM 102.5 (Juazeiro do Norte⁴), no ano de 1998. A trajetória de três candidatos (José Linhares – PPB – Sobral; Gorete Pereira - PFL – Fortaleza; José Arnon Bezerra – PSDB – Juazeiro do Norte), proprietários de emissoras denominadas comunitárias, foi acompanhada de perto durante esse período. Em 2000, foram acompanhadas duas emissoras de Fortaleza vinculadas a candidatos que estavam envolvidos no processo eleitoral: Portugal FM 97.7 e Mandacaru FM 98.5.

1 – Instrumentalização Política das Emissoras de Rádio

Há cerca de trezentas emissoras denominadas “comunitárias” em todo o Ceará atualmente. A grande maioria dessas emissoras vêm assumindo um papel nitidamente instrumental⁵, quer seja para fins político-partidários, nos períodos que antecedem e no decorrer da campanha eleitoral, quer para fins comerciais, desvirtuando-se do seu real papel que seria a promoção dos interesses autenticamente comunitários.

Vários políticos profissionais no Estado, que querem se eleger pela primeira vez ou que tentam a reeleição ou mesmo empresários, montaram verdadeiras redes de rádios comunitárias, com o objetivo de utilizá-las durante o período eleitoral. Logo no início do seu movimento de expansão, a rádio comunitária se distinguia da rádio comercial convencional, porque ainda não era regulamentada e funcionava sem a concessão do poder público que só aprovou sua regulamentação em junho de 98.

Muitas rádios são montadas por políticos, para serem utilizadas durante a campanha eleitoral e, depois, revendidas⁶ para comerciantes locais. Com um custo relativamente baixo, em torno de dez a quinze mil reais, a rádio apresentada à população como supostamente

³Situada na Região Norte do Ceará, a 235 quilômetros de Fortaleza, Sobral vem experimentando um forte processo de modernização em sua estrutura econômica.

⁴ Juazeiro do Norte se assenta numa área de 235,4 km². Está a 377,37 m de altitude. A população é de 186.490 habitantes (87.431 homens e 99.059 mulheres, - censo IBGE, 1996).

⁵ Em notícia publicada no jornal *O Povo*, de 26/01/2002, intitulada “No Ceará, 40 rádios foram autorizadas em 19 meses”, de acordo com dados do Ministério das Telecomunicações, entre março de 2000 a dezembro de 2001, foram dadas autorizações, publicadas no Diário Oficial da União, para que 40 rádios comunitárias funcionem no Ceará, de Irauçuba a Chorozinho, de Aracati a Itarema. Depois que as autorizações são publicadas no DOU, as entidades que receberam a outorga têm até seis meses para colocarem as emissoras no ar.

⁶ Um radialista de Sobral, pertencente a uma emissora comercial, e que não quis se identificar revelou que um candidato a vereador conhecido por Paulão, do PSDB, montou pelo menos três rádios e os vendeu (uma delas a um proprietário de um



“comunitária” tem programação predominantemente comercial (com grande quantidade de programas musicais), muita publicidade vendida a um preço bem mais baixo do que as emissoras comerciais costumam veicular seus anúncios e divulgação sistemática do candidato ou político que a patrocinou.

Há, também, o caso das emissoras comunitárias “mistas”: elas não são totalmente instrumentalizadas pelos políticos, contando com certa participação popular. Algumas emissoras são montadas por políticos e, depois, entregues à comunidade que passa a gerenciá-las, contando com o apoio do chefe político. No Pecém, no Ceará, uma rádio montada por Léo Alcântara entregou a administração da rádio a um representante comunitário, iniciando uma forma de gestão mista. Em Fortaleza, em 2000, a deputada estadual pelo PFL, Gorete Pereira, tentou fechar um acordo com o Conselho Comunitário da Serrinha, entregando a rádio Emoção FM para ser gerida pela comunidade, desde que cinquenta por cento do controle fosse seu. O acordo não saiu e a rádio se encontra fechada pela Anatel.

Procurando reproduzir a programação das emissoras comerciais, apresentando uma composição comunitária artificial, reunindo associações comunitárias forjadas em sua maioria pela ação de cabos eleitorais, essas emissoras indevidamente chamadas de “comunitárias” apropriam-se do espaço comunitário, privatizando a dimensão pública do que seria um espaço coletivo de articulação, de organização e de conscientização políticas das comunidades que não dispõem de instrumentos de comunicação próprios.

O processo de criação dessas rádios pode-se dar de várias maneiras. O chefe político delega poderes a algum correligionário que “organiza” a rádio “comunitária” nos termos exigidos pela legislação, arregimentando lideranças locais em torno da criação da rádio, cujos equipamentos e manutenção são custeados pelo político e pela publicidade vendida. Nos períodos em que não há campanha eleitoral, a rádio funciona como uma rádio comercial comum, sendo um canal de promoção do político junto à população local. Mas há casos em que a rádio comunitária pertence a um líder político e são concedidos espaços para a participação popular, dando a impressão de que a rádio comunitária é autêntica, porque conta com diversos segmentos sociais. Assim, a rádio comunitária tem uma aparência “legítima”, mas o controle dela não é da população, porque o chefe político está por trás dela, exercendo

supermercado local). Ele revela que é um excelente negócio. Uma rádio especificamente que custou quinze mil reais ao político teria sido revendida por quarenta e cinco mil reais.



sua influência, usando a rádio para se auto-promover, nem que seja de forma indireta; podendo, a qualquer momento, exercer sua autoridade e “cobrar” da comunidade serviços em troca da coletivização da emissora.

Em sistematização preparada por Dioclécio Luz⁷, a partir da leitura do Diário Oficial da União, onde se encontram as rádios comunitárias autorizadas pelo Ministério das Comunicações, há a informação de que o total de solicitações ao Ministério das Comunicações até 29/05/00 era de 9.521 (as maiores demandas eram: 1613 em São Paulo; 1525 em Minas Gerais; 398 no Rio de Janeiro; 593 na Bahia, etc). A tramitação dos pedidos de autorização das rádios comunitárias no Congresso Nacional sistematizada por Dioclécio Luz e atualizada, pela última vez, em vinte e um de maio de 2002, revela que havia 1.275 pedidos de autorização em tramitação no Congresso. Desse total, já haviam sido outorgadas pelo Congresso 268, o que equivalia a 21 % do que o Ministério das Comunicações autorizou. Portanto, pode ser que algumas ainda não estejam tramitando na Câmara. Depois que o Ministério das Comunicações autoriza, o processo é encaminhado à Presidência da República que então despacha para o Congresso Nacional

Num levantamento realizado por BAYMA⁸ (2002), para a assessoria técnica do PT na Câmara dos Deputados, a partir de cruzamento de dados da Anatel, Ministério das Comunicações e do Tribunal Superior Eleitoral, constatou-se que a chamada base aliada do governo Fernando Henrique Cardoso dominava incríveis 73,75% do total de emissoras de radiodifusão do país. Das 3.315⁹ concessões de emissoras de radiodifusão brasileiras

⁷ Documento das Rádios Comunitárias no Congresso Nacional – Coletivo Petista das Rádios Comunitárias no Congresso Nacional.

⁸ BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. “Dados sobre a Concentração da Propriedade de Meios de Comunicação e o Coronelismo Eletrônico no Brasil”. Partido dos Trabalhadores, Gabinete da Liderança, Assessoria Técnica. Brasília, 2002. Trabalho publicado no site <http://www.eptic.com.br>.

⁹ Em entrevista concedida a Luiz Antônio Magalhães, do Observatório da Imprensa (site na internet), Bayma afirma que foi pesquisado o universo total: “Fiz a minha pesquisa enquanto Assessor Técnico da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Em 1999 e em 2000, os deputados federais Walter Pinheiro e José Dirceu apresentaram Requerimento de Informações ao Ministro das Comunicações solicitando a relação de emissoras de radiodifusão, para os serviços de AM, FM, OC, OT, TV, RTV, Rádios Comunitárias, contendo dados cadastrais como características técnicas da emissora, localização dos transmissores e estúdios, nome fantasia, frequência de transmissão, potência máxima irradiada, sócios, diretores, dentre outras. (...) Totalizaram mais de 33.000 registros de banco de dados. Esse foi o universo pesquisado. Todas as emissoras de rádio e televisão que constam no cadastro do Ministério das Comunicações, até maio de 2000. Ressalto que não trabalhei com retransmissoras e repetidoras de TV. Além disso, foram utilizadas informações sobre rádios comunitárias retiradas do Diário Oficial da União e da relação de emissoras habilitadas pelo Ministério das Comunicações, a partir de resposta do próprio Ministério ao deputado Walter Pinheiro, em atendimento a outro Requerimento de Informações apresentado em 2001. Usei, também, dados da própria Agência Nacional de Telecomunicações.

(...)Governador e candidato a candidato a presidente da República - pelo menos foi o que vários jornalistas disseram-me - negaram que sejam sócios, mas seus nomes constam da relação do Ministério. Outro caso interessante é que no cadastro do Ministério constam nomes de sócios que se diferenciam dos nomes civis dos parlamentares. Por exemplo:

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



atualmente em funcionamento (271 de televisão, 1.579 de OM, 64 de OC, 80 OT e 1.321 de FM), 37,5% do total (pouco mais de 1.220) são exploradas por políticos do PFL. Membros do PMDB aparecem em segundo lugar: são sócios de 17,5% das emissoras. Na seqüência está o PPB, com 12,5%, o PSDB e o PSB empatados, cada qual com 6,25%. Todos os demais partidos não superam 5% do total.

Segundo LIMA (2001: 107-108), levantamento divulgado em 1995 já indicava que 31,12% das emissoras de rádio e televisão no Brasil eram controladas por políticos e, em alguns estados da Federação, metade ou quase a metade (40,9%) das emissoras de rádio estavam sob controle de políticos. O mesmo autor revela também que os candidatos que estavam à frente nas pesquisas eleitorais para os pleitos majoritários – governadores e senadores – em pelo menos 13 estados eram políticos vinculados à área de mídia. Isso ocorria em Roraima, Amapá, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Acre, Rondônia, Mato Grosso, São Paulo, Sergipe, Bahia e Alagoas.

O número de parlamentares vinculados à mídia que se elegem para o Congresso Nacional desde a Constituinte de 1988 tem ficado em torno de 23% (LIMA, 2001:108-109). No Congresso Constituinte 26,1 % eram concessionários de emissoras de rádio e/ou televisão (MOTTER, 1994, p. 98); na Legislatura de 1991/94, 21,47% dos deputados federais (LIMA, 12/1991, p.16); e na Legislatura de 1995/98, 21,85% dos deputados e senadores tinham uma concessão de rádio ou de televisão ou uma combinação das duas (GÓIS, p. 43).

BAYMA¹⁰ utiliza o termo coronelismo eletrônico, justificando que a literatura política brasileira tem utilizado o termo coronelismo como uma forma peculiar de manifestação do poder privado, com base no compromisso e na troca de proveitos com o poder público. A ciência política trata como coronelismo a relação entre os coronéis locais, líderes das oligarquias regionais, que buscavam tirar proveito do poder público, no século XIX e início do século XX. Hoje, não há como deixar de se associar esse termo aos atuais impérios de

Roseana consta como Roseane. Acredito que nos próximos anos acrescentaremos como base de dados as informações que constam no Cadastro do Fistel da ANATEL que pelas informações que possuo são bastante completas.

Enfim, procurando-se relacionamentos dos dados dos deputados, senadores, vereadores, prefeitos e governadores eleitos em 1998 e 2000, a partir das informações do TSE, com os dados do banco de dados, identificou-se quem detém participação nas emissoras e relaciona-se todos os dados dessa emissora, do endereço à ERP, do nome fantasia à rede a qual está ligada, os nomes dos seus diretores e o prazo de vigência da concessão. A partir daí, usando recursos de geração de gráfico, são montados os gráficos em forma de torta apresentando os percentuais de participação societária de políticos desses partidos.

¹⁰ Ibidem.



comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional. O compadrio, a patronagem, o clientelismo, e o patrimonialismo ganharam, assim, no Brasil, a companhia dos mais sofisticados meios de extensão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão.

Segundo BAYMA¹¹ (2002), constituindo-se num dos traços determinantes do atual poder oligárquico nacional, a posse de estações de rádio e de televisão por grupos familiares e pelas elites políticas locais ou regionais é o que se convencionou chamar de coronelismo eletrônico. Instrumentos de poder e de troca de favores e interesses, as concessões de rádio e televisão têm servido, no Brasil, como moeda de troca entre o Governo Federal e o setor privado. Entre 1985 e 1988, o então Presidente Sarney concedeu um grande número de licenças de emissoras de rádio e TV para empresas ligadas a parlamentares federais, os quais ajudaram a aprovar a emenda que lhe deu 5 anos. Já na era Fernando Henrique Cardoso, até setembro de 1996, foram autorizadas 1.848 licenças de RTV, repetidoras de televisão, sendo que 268 para entidades ou empresas controladas por 87 políticos¹², todos favoráveis à emenda da reeleição.

2 - Cidadania ou Instrumentalização das Rádios Comunitárias nas Eleições de 98?

Na pesquisa realizada sobre a utilização das emissoras comunitárias nas eleições de 98, foram feitas gravações da programação de três emissoras comunitárias de propriedade de três candidatos: Padre José Linhares¹³ (reeleito deputado federal pelo PPB, em 1998), dono da Sal da Terra FM, de Sobral; Gorete Pereira¹⁴ (eleita deputada estadual pelo PFL, em 1998),

¹¹ Ibidem.

¹² Foram beneficiados diretamente 19 deputados federais, 11 deputados estaduais, 6 senadores, 2 governadores, 7 prefeitos, 3 ex-governadores, 8 ex-deputados federais, 8 ex-prefeitos e 23 outros políticos (COSTA e BRENER, 1997).

¹³ O padre José Linhares Ponte nasceu no dia 21 de outubro de 1930, em Sobral, CE. Assumiu os seguintes mandatos eletivos: deputado federal (Congresso Revisor), 1991-1995, CE, PSDB; deputado federal, 1995-1999, CE, PP; deputado federal, 1999-2003, CE, PPB. Suas filiações partidárias foram as seguintes: PDC, 1988-1989; PSDB, 1990-1992; PST, 1992-1993; PP, 1993-1995; PPB, 1995-. Suas atividades partidárias: Presidente, Diretório Municipal do PSDB, Sobral, CE, 1989; Presidente Regional do PP, CE, 1993; Vice-Líder da Bancada do PP, 1993-1994; Vice-Líder do PPB, 1997-1999; Presidente do PPB, CE, 1997 e 1998; Segundo-Secretário, Comissão Executiva Nacional do PPB, 1998.

¹⁴ Maria Gorete Pereira nasceu em 10 / 04 /54, em Juazeiro do Norte, e se formou em Fisioterapia. Gorete exerceu os seguintes cargos eletivos: vereadora em Fortaleza, de 88 a 92, pelo PFL, com 3371 votos; vereadora em Fortaleza, de 93 a 94, pelo PFL, com 4174 votos; deputada estadual, de 95 a 98, pelo PFL, com 18786 votos; deputada estadual, de 99 até hoje, com 28754 votos.

UNIFOR.



representada pela rádio Emoção FM, Fortaleza; e José Arnon Bezerra¹⁵ (eleito deputado federal pelo PSDB, em 1998), representado pela Juazeiro FM, em Juazeiro.

Os três candidatos, vindos de outros mandatos legislativos, pertencentes a partidos da situação, conseguiram se eleger com votações expressivas nas eleições de 1998. Gorete Pereira elegeu-se deputada estadual em nono lugar, pelo PFL, com 28.754 votos, ou 1,05% dos votos válidos; Arnon Bezerra reelegeu-se deputado federal pelo PSDB, ficando na vigésima quinta posição, com 66.384 votos, ou 2,50% dos votos válidos; e José Linhares também foi reeleito deputado federal pelo PPB em nono lugar, obtendo 88.129 votos ou 3,32% dos votos válidos.

Foram gravados os programas das emissoras, no horário das seis às dezoito horas, nos dias 08, 09 e 10 de setembro - Rádio Sal da Terra; 07, 09 e 11 de setembro Rádio Emoção FM¹⁶; e 31 de agosto e primeiro e 02 de setembro, na Rádio Juazeiro FM. As emissoras de rádio não foram informadas de que as gravações estavam sendo realizadas¹⁷.

No material empírico analisado, foi comprovada a instrumentalização das rádios comunitárias nas eleições de 1998¹⁸ por meio de propaganda política. Essa instrumentalização ocorreu de forma direta, indireta e subliminar. A participação da comunidade na programação da rádio se restringiu a solicitações musicais através de telefonemas, não havendo estímulo ao

¹⁵ José Arnon Cruz Bezerra de Menezes é médico. Foi deputado estadual, de 1991-1995, pelo PFL do Ceará; deputado federal, no período 1995-1999, pelo PSDB; e é, atualmente, deputado federal, para o período 1999-2003 pelo PSDB. Pertenceu ao PFL de 1988-1993; filiando-se ao PSDB, em 1994-. Foi secretário municipal de saúde, Juazeiro do Norte, CE, de 1983 a 1988.

¹⁶ Os dados foram coletados de gravações de programas, apresentados em 1998, da rádio comunitária Emoção FM, frequência 104,9, no bairro da Serrinha, em Fortaleza, que posteriormente foram transcritos e analisados. Os programas gravados foram: “Bom Dia Emoção”, das 6h às 9h; “Programa Isabelle Fetinhe”, das 9h às 12h; “Classe A”, das 12h às 14h; “Forroço da Emoção”, das 14h às 16h; e “Clube do Pimpolho”, das 16h às 18h. Os programas foram gravados nos dias sete, nove e onze de setembro de 1998, época das eleições municipais e presidenciais.

¹⁷ O material gravado foi sistematizado por Ana Cláudia Freitas Pantoja, bolsista do PIBIC-Cnpq, ligada à pesquisa, dando também uma contribuição decisiva na elaboração do relatório da primeira fase da pesquisa.

¹⁸ A instrumentalização política das rádios comunitárias durante o período eleitoral foi usada como justificativa, para desencadear uma ação repressiva sobre todas as rádios, incluindo aquelas autenticamente comunitárias que não estavam fazendo propaganda política para nenhum candidato. Em matéria publicada pelo jornal “O Povo”, em setembro de 1998, a Procuradoria Regional Eleitoral anuncia a realização de blitzes simultâneas nas duas regiões do Estado do Ceará com maior concentração de rádios em situação irregular. A operação, em parceria com a Procuradoria da República e Polícia Federal, teria o objetivo de combater o uso político das rádios supostamente comunitárias. A Procuradoria, que não quis divulgar as regiões que seriam investigadas, afirmou que a apreensão seria feita independente das rádios estarem fazendo propaganda eleitoral irregular, como afirma Gerim Cavalcante, procurador da República no Ceará e procurador auxiliar eleitoral: “Nós vamos pedir a apreensão dos transmissores. (...)O objetivo é pedagógico”. Gerim afirmava que punir as rádios clandestinas pela lei eleitoral seria quase impossível, porque as emissoras não existiam juridicamente. A estratégia seria aplicar a lei das telecomunicações que considera crime o funcionamento de rádios sem autorização do Ministério das Comunicações. “Sendo crime, estamos pedindo a instauração de inquéritos policiais que nos permitem requerer a busca e apreensão dos equipamentos”, afirmava Gerim.



debate das propostas dos candidatos ou sobre temas políticos locais ou nacionais, nem qualquer campanha de conscientização sobre a importância do voto, o que significou uma não contribuição ao efetivo exercício da cidadania através da reflexão que poderia haver sido proporcionada por essas emissoras.

Denominamos de instrumentalização direta aquela que apresenta divulgação do nome do candidato ("dono" da rádio) e seus objetivos. Vamos a um exemplo de instrumentalização direta, identificada na rádio Emoção FM, na programação do dia 9 de setembro de 1998, em Fortaleza: "Ouvinte: 'A sua rádio é muito boa'. Locutora: 'É a rádio da Deputada Gorete Pereira, né?' Ouvinte: 'É'. Locutora: 'É ela quem comanda aqui tudo. A mulher é quente, fervendo'. Ouvinte: 'Eu sei'. Locutora: 'Ela faz política. Não faz politicagem'."

Na instrumentalização direta, como se pôde constatar, o nome da candidata aparece de forma explícita. No entanto, o aspecto mais grave do exemplo em questão é atribuição da propriedade da rádio à candidata, ao invés dela ser identificada como pertencendo à comunidade. A proprietária da emissora confunde-se com ela e o caráter comunitário da emissora em nenhum momento é questionado. A comunidade não se identifica na rádio, mas reconhece nela a pessoa da "política" Gorete Pereira. Por que essa emissora representando os interesses comunitários? Ela existe, certamente, para representar os interesses políticos da candidata Gorete Pereira, "credenciada" socialmente para o exercício da cidadania e da vivência plena dos seus direitos democráticos, ao contrário dos ouvintes desprovidos de toda e qualquer possibilidade de manifestação de seus anseios e direitos, no espaço da rádio comunitária que era público, mas que foi apropriado pelo privado.

Outra forma de instrumentalização identificada foi a indireta, que consistiria na divulgação das obras realizadas pelos candidatos, principalmente obras de mandatos anteriores. Essa forma de instrumentalização é aparentemente casual e descompromissada. Observe-se este exemplo veiculado na Rádio Sal da Terra Fm¹⁹, em 8 de setembro de 1998²⁰, em Sobral:

"Locutor: Você sabia? A Santa Casa de Misericórdia de Sobral mantém um dos melhores hotéis da Zona Norte, o Visconde Hotel. Com restaurante aberto ao público vinte e quatro horas, sala de reuniões, transporte para city tour. O único com apart hotel. Visconde Hotel, atendimento primeira classe."

Nestes exemplos, há referências explícitas a obras²¹ do candidato padre José Linhares²², realizadas durante um de seus mandatos. Tanto a Santa Casa de Misericórdia

¹⁹ A emissora encontrava-se, em maio de 2002, fechada pela Anatel.

²⁰ Essas mesmas mensagens são repetidas inúmeras vezes ao longo da programação da emissora.

²¹ Em matéria publicada no jornal O Povo, em setembro de 98, intitulada "MP vai apurar uso eleitoral de rádio comunitária", havia a denúncia de que a rádio comunitária FM 99.9, de Nova Russas, estava pedindo votos para o deputado federal José Linhares (PPB), candidato à reeleição. O fato ocorreu num debate sobre mototáxis. A denúncia foi feita por Gêlio Coelho,



quanto o hotel foram realizações suas. Após semanas de propaganda intensiva sobre as vantagens do hotel Visconde (devidamente acompanhadas de mensagens sobre as obras através das quais as pessoas se revelam), o que aconteceria, quando o ouvinte ouvisse falar que foi o padre José Linhares responsável pelo hotel?

A mais significativa forma de instrumentalização das rádios, a subliminar, não se dá tanto por interesses econômicos e político-partidários. Ela ocorre, na maior parte das vezes, por desconhecimento do papel das emissoras junto à comunidade. Os locutores e produtores, em sua maioria, não têm noção do potencial aglutinador e mobilizador das rádios comunitárias.

Na emissora Juazeiro FM 102.5, pertencente à Fundação Leandro Bezerra²³, patriarca da família Bezerra, o candidato à reeleição é o deputado federal José Arnon Bezerra, a instrumentalização política é feita de forma direta, sem nenhuma preocupação em disfarçar. Com uma programação predominantemente musical, em programas onde se tocam os diversos estilos musicais (reggae, mpb, discomusic, forró, axé music, etc.), as referências à campanha eleitoral de José Arnon são explícitas.

Num santinho da campanha de Arnon, número 4541, há, no verso, uma mensagem denominada “Pegadas na Areia”, cujo conteúdo é a descrição da atitude de Jesus, que “carrega” seus filhos nos braços e os acompanha nos momentos mais difíceis e angustiosos da vida. A mensagem sugere proteção, paternalismo. Associá-la às práticas clientelistas, à troca de favores e ao cumprimento de promessas e da palavra empenhada é o caminho natural. A ilação mais simples é a de, assim como Jesus, Arnon está e estará ao lado de seus correligionários e eleitores nos momentos mais difíceis.

diretor da Rádio Difusora de Novas Russas, que entregou cópias de um programa da rádio à Delegacia do Ministério das Comunicações e à Procuradoria Regional de Justiça. A matéria revela o que o padre Maurício, pároco de Ipu, disse na Rádio de Nova Russas: *“A folha de serviço prestada pelo meu colega e grande amigo Padre José Linhares só os cegos poderão não enxergar. Eu acho que a população dessa região enxerga o que ele tem feito, porque ele não fez a Santa Casa e o Hospital do Coração pra ele, nem para Sobral. Ele fez para servir toda a região (...) O candidato é aquele que tem compromisso com o povo, aquele que tem serviço prestado. Quem é que tem compromisso como o povo nessa região? Chama-se Padre José Linhares (...) Eu acredito que esse povo esclarecido, conscientizado, lembrado de todos esses benefícios, vai votar maciçamente no número 11105”.*

²² Reeleito deputado federal em 1998 pelo PPB, representando o partido na bancada, o deputado José Linhares (PPB) obteve 94,7% de frequência em Plenário durante os trabalhos do ano 2000. Nas comissões, com frequência média de 75,2%, Linhares esteve envolvido na Comissão de Direitos Humanos (CDH), de Seguridade Social e Família (CSSF), na Comissão Especial de Elaboração do anteprojeto com vistas à reforma do Regimento Interno da Câmara (CERICD), do GTSOFCO, da equipe formada para dar parecer ao Estatuto do Idoso e das PEC's da Cultura e da Discriminação Racial, segundo o jornal “Diário do Nordeste” de 05 de janeiro de 2002

²³ Leandro Bezerra é o pai de José Arnon Bezerra.



Nas eleições de 98, especificamente, acompanhando o desempenho dos candidatos que usaram rádios ditas comunitárias (utilizadas por eles como mais uma estratégia de marketing eleitoral em suas campanhas), identificamos uma completa distorção do sentido comunitário dessas emissoras, revestidas de um discurso profundamente unilateral e, portanto, autoritário, impossibilitando o exercício de uma cidadania vivenciada através do acesso a um meio de comunicação alternativo que pudesse não só refletir os interesses de comunidades localizadas, mas ajudar no processo de consolidação da identidade comunitária; como lembra CANCLINI (1997), quando frisa que os avanços tecnológicos midiáticos passaram a ser utilizados pelos índios mexicanos no fortalecimento de sua própria identidade.

3 - Eleições 2000: Rádios Comunitárias como Instrumento Eleitoral²⁴

3.1 – FM Portugal: Rádio “Comunitária” Caça-Níquel

A segunda fase da pesquisa, nos anos 2000-2001, ocorreu de forma similar, com a gravação e posterior transcrição da programação integral de três rádios comunitárias: Portugal FM e Mandacaru FM, ambas em Fortaleza.

No caso da FM Portugal 97,7, emissora ligada à Associação dos Moradores do Parque Araxá, situada na rua professor Anacleto, 392-C, na Parquelândia, pôde-se observar a utilização da rádio denominada de “comunitária” apenas como forma de angariar a simpatia do público e auferir recursos financeiros. Apesar de vinculada ao candidato a vereador pela cidade de Fortaleza, com a sigla PPS/PSDB, Gilmar Gondim Bezerra Lima Filho²⁵, nas eleições 2000 a emissora²⁶ não foi utilizada durante a campanha eleitoral. Na programação, predominantemente musical, não foram identificadas formas diretas ou indiretas de propaganda de quaisquer candidatos.

²⁴ Eleições 2000- Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, há no Brasil 8,5 milhões de eleitores analfabetos, 24,8 milhões que apenas sabem ler e escrever e 37,1 milhões que não completaram o 1º grau. Este numeroso contingente de pessoas vai às urnas "para conduzir representantes que quase nunca têm a ver com a sua realidade e seu mundo material", denuncia a professora do Departamento de Ciência Política da Uni-versidade de Brasília (UnB), Lúcia Avelar. Do total de 33 milhões de analfabetos, 47% encontram-se nos estados do Norte e Nord-este. "Com a ancestralidade oligárquica da política brasileira, não é difícil concluir sobre quem influencia o seu voto", sintetiza Avelar.

²⁵ Gilmar ficou em 40º lugar, obtendo 1113 votos.

²⁶ Encontrava-se funcionando, em maio de 2002, através de liminar.



3. 2 - Mandacaru FM – Um Exemplo do Exercício da Cidadania

A Rádio Mandacaru 98.5 FM²⁷, ligada à Associação dos Moradores do Bairro Ellery, abordou o tema “eleições” de uma forma completamente diferente das demais emissoras. Situada num bairro operário, a população formada de trabalhadores, sindicalistas e militantes de partidos de esquerda, sempre teve uma tradição histórica nas lutas populares e no processo de organização popular. A rádio, que surgiu inicialmente com um sistema de alto-falantes, é uma emissora autenticamente comunitária, contando com gestão participativa, representação plural da população em sua programação, que é totalmente elaborada pela comunidade²⁸. Apesar de muitos de seus militantes serem ligados a partidos de esquerda, especialmente o PC do B, em nenhum momento se ouviu qualquer referência a questões partidárias ou ao candidato do partido à prefeitura de Fortaleza nas eleições 2000, Inácio Arruda.

Na análise do material empírico da Rádio Mandacaru 98.5 FM, pôde-se identificar uma emissora comunitária ajudando a comunidade a exercer sua cidadania durante o processo eleitoral. Uma ampla campanha de conscientização da importância do voto, da participação política, da relação entre eleições e exercício da cidadania, foi desencadeada pela rádio. A análise da programação dos três dias que antecederam as eleições demonstra uma preocupação articulada de todos os participantes da rádio, já que, em todos os programas, os apresentadores insistiram na mesma argumentação.

Um jingle, cantado por jovens em ritmo de rap, produzido pelo Unicef (Campanha do Selo – Município Aprovado), era veiculado insistentemente antes ou após a fala do apresentador:

“Não. Não. Não vote em vão. Vote consciente. Seja cidadão. Não. Não. Não vote em vão. Vote consciente. Seja cidadão. Voto é coisa séria. Não é brincadeira. Então faça a sua parte. Não fique de boeira. Dê um ponto final na corrupção. Chega de votar em quem mete a mão. Juventude de atitude não se ilude e vota certo. Vote pra eleger um candidato honesto. Não. Não. Não vote em vão. Vote consciente. Seja cidadão”.

²⁷ Encontrava-se funcionando, em maio de 2002, através de liminar.

²⁸ Durante a programação, são divulgados inúmeras campanhas educativas: contra a Aids e doenças sexualmente transmissíveis, feitas pelos Radialistas contra a Aids e Instituto de Saúde e Desenvolvimento Social; campanhas contra o maltrato de velhos, à agressão a crianças, e o estímulo ao pré-natal das gestantes, de iniciativa do Pacto Comunitário contra a Violência Familiar, Sociedade Civil organizada, Ministério da Justiça e Nações Unidas. Há uma forte preocupação, na programação, com a transmissão de noções básicas de saúde e educação, além de informações úteis na vida prática.



A programação da rádio, extremamente plural, alertou, sistematicamente, o ouvinte sobre o papel do voto na vida do cidadão. No programa “Cidadão no Rádio”, apresentado por Josimar Marques e Eudes Batista, na audição do dia 28 de setembro de 2000, falou-se de eleições em várias ocasiões. Em certo trecho, o apresentador revelou que, segundo as pesquisas, a maioria dos brasileiros ainda não sabia em quem votar e apelou: “Vamos votar consciente, porque o voto é 4 anos de muita responsabilidade. O voto é uma coisa muito séria”.

No programa “Nas Ondas do Reggae”, apresentado de 17h às 18h, por Galego Jones e Eunice, a dama do reggae, um dos mais ouvidos da emissora, o apresentador Galego Jones chama a atenção dos ouvintes: “Pense bem na hora que você for votar. Não veja a boniteza, mas, sim, pelo que vai fazer para a sua cidade”.

Uma das principais conseqüências da modificação do processo de produção dos programas radiofônicos que, em muitos casos, é coletivo, é o impacto na recepção. Os produtos radiofônicos elaborados através da deglutição do massivo sob a ótica popular, como bem focalizou OLIVEIRA (2002), são fruto da interação entre as raízes e as referências culturais de uma comunidade e o massivo. Ao contrário da indústria cultural que, muitas vezes, reconfigura as manifestações culturais com fins exclusivamente consumistas, essa fusão entre o popular e o massivo resulta numa recriação original das manifestações culturais de acordo com as experiências concretas e o referencial histórico político e cultural de cada comunidade.

Ao analisar formas diferenciadas de recepção dos produtos radiofônicos de rádios autenticamente comunitárias, identificamos o ápice na recepção coletiva nos grupos culturais de determinados programas. Os laços entre a comunidade se estreitam, a consciência política e o poder de organização se ampliam, consolidando o exercício da cidadania. Quando os jovens se reúnem, para escutar determinado programa, como acontece na Mandacaru FM (OLIVEIRA, 2002), o fim aí não é exclusivamente o consumo, mas identificar e unir, de forma solidária, os militantes de um movimento cultural no interior de uma comunidade. Essa visão simbólica, virtual, é um momento de afirmação cultural decisivo, assumindo uma dimensão política e social, que aponta para a importância das vivências coletivas, no interior da sociedade, como prática capaz de fortalecer a auto-estima social, gerando avanços nos



processos de organização política e social e na direção do exercício de uma cidadania compromissada com as causas coletivas.

CONCLUSÕES

Num país com elevado grau de analfabetismo como o Brasil, as rádios comunitárias teriam um importante papel, não determinando, mas influenciando na formação do senso crítico, estimulando a reflexão. As emissoras, do ponto de vista ético e legal, não poderiam promover candidato algum. Elas deveriam oferecer meios, para que os ouvintes, podendo escolher seus próprios candidatos de forma mais consciente, votassem naqueles que apresentassem as melhores respostas aos seus anseios. Essas colocações conformistas ou irreais são posturas políticas que levam a uma desmobilização do ouvinte-eleitor, afastando-o do efetivo exercício da cidadania.

O não cumprimento do papel de determinadas emissoras que se dizem comunitárias sem o sê-lo, tornando-se, portanto, porta-vozes de interesses políticos e comerciais, deve-se também ao despreparo e desconhecimento por parte dos produtores e locutores da força, importância e papel mobilizador das rádios comunitárias, na luta da comunidade pela conquista dos seus direitos.

O exercício da cidadania através da participação da comunidade na rádio comunitária é hoje extremamente prejudicado pela instrumentalização comercial e política progressiva existente na maioria das emissoras assim denominadas.

Não é possível a consolidação da identidade comunitária através dessas emissoras, porque elas representam interesses privados específicos. Apropriando-se do espaço público, os políticos profissionais privatizam a cena pública e dissolvem a cena pública midiática, que se poderia constituir no livre espaço do debate democrático, para exaltar suas qualidades públicas, suas realizações, ao fazer campanha política de forma direta, indireta ou subliminar.

A incipiência da organização da maior parte dessas comunidades se revela também no despreparo de produtores e locutores que são representantes da própria comunidade, incapazes de exercerem sua cidadania, estimulando formas de interação coletiva restrita aos programas de seleção musical, sem utilizar a crítica, o debate ou o questionamento.



As rádios comunitárias podem-se converter num poderoso instrumento da educação não formal como caminho para o exercício de uma cidadania consciente, reafirmando práticas culturais coletivas responsáveis pela consolidação de uma identidade cultural determinada. Esse sentido “positivo”, “afirmativo”, através do qual a rádio comunitária é forjada pela comunidade dá bem a dimensão do processo de construção coletiva e de gestão compartilhada da autêntica rádio comunitária.

A utilização da rádio comunitária em prol dos interesses coletivos, com o engajamento da comunidade, como é o caso da Rádio Mandacaru FM, onde as pessoas percebem a rádio como sendo um produto da construção coletiva, amplia o grau de consciência política e social, permitindo o efetivo exercício da cidadania através da participação popular ativa nos processos eleitorais e não como mero instrumento de marketing, como costuma ocorrer no fenômeno da instrumentalização eleitoral das rádios comunitárias, como ficou constatado nas emissoras Sal da Terra FM, Juazeiro FM, Emoção FM.

Ao invés de fundir as manifestações culturais, apagando as diferenças e ressaltando só os pontos comuns, as rádios comunitárias autênticas e verdadeiramente comprometidas com as causas coletivas, através de sua programação, procuram evidenciar a pluralidade de manifestações culturais de grupos e indivíduos na projeção de uma segmentação que é sempre resultado da ampla participação popular. Se a mídia convencional, muitas vezes, induz comportamentos passivos, a rádio autenticamente comunitária, com sua proposta de produção coletiva da programação e de gestão compartilhada e representação da pluralidade e da diversidade culturais, abre-se receptiva às diferenças e incentiva o exercício da cidadania e da participação social.

Além disso, a prática da cidadania através dos processos participativos comunitários não transfere para a mídia o papel de cobrar das autoridades competentes a resolução dos problemas comunitários. A mídia e a comunidade fundem-se numa só estrutura, a rádio comunitária, que se confronta, abertamente, com os poderes constituídos, exigindo o atendimento de suas reivindicações e o respeito aos direitos coletivos essenciais. Essa vivência cidadã através da participação coletiva na construção de uma mídia própria, além de fortalecer os laços de solidariedade na comunidade, combate as práticas de mistificação de comunicadores, transformados em “delegados do ouvinte”, contribuindo para reduzir a influência dos grandes conglomerados de Comunicação.



Rádios comunitárias autênticas constituem, por si só, um antídoto contra a instrumentalização política. Em comunidades conscientes, participantes e solidárias, a chance de instrumentalização política resultar em dividendos eleitorais é mínima, se o candidato não tem efetivamente um passado de luta e de trabalho em prol das causas coletivas.

O exercício da cidadania passa, necessariamente, no momento atual, pela vivência de experiências coletivas participativas onde a noção de conjunto, de coletividade, do existir cultural, como elemento essencial na construção da identidade social, forja-se no cotidiano, pelo lento reaprendizado do existir coletivo.

Mais do que assegurar o exercício da cidadania, a vivência comunitária adquirida através da existência da rádio comunitária alimentada pelo próprio grupo social, promove uma reassociação e uma redefinição dos grupos sociais fragmentados, dispersos e jogados na angústia da luta pela sobrevivência individual a qualquer custo, nos grandes centros.

Há muito o que fazer, muito o que resistir, continuar lutando, para impedir a destruição da noção de coletivo, a dissolução da identidade cultural em tempos de globalização, homogeneização e desterritorialização de mentes e corações. Dentro desse quadro, a existência, a luta pela defesa, a consolidação das rádios autenticamente comunitárias é, sem dúvida, um passo significativo nessa direção.



BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Socorro. Fundação Casa Grande: Comunicação para a Educação. Fortaleza, maio de 2002, mimeografado.

BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. Dados sobre a Concentração da Propriedade dos Meios de Comunicação e o Coronelismo Eletrônico no Brasil. Brasília, Partidos dos Trabalhadores, Gabinete da Liderança, Assessoria Técnica, 2002. Trabalho publicado no site <http://www.eptic.com.br>.

COGO, Denise Maria. No Ar... Uma Rádio Comunitária. São Paulo, Paulinas, 1998.

FERNÁNDEZ, Adrián José Padilla. Democratização do Ar como Exercício de Cidadania. São Paulo, mimeografado (dissertação de Mestrado), dezembro de 1998.

FERREIRA, Maria Nazareth (org.). Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais. São Paulo, CELAC: ECA/USP, 1999.

FESTA, Regina & SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. Paulinas, São Paulo, 1986.

GUATARRI, Felix. Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed, 1981.

LIMA, Venicio Artur de. Mídia – Teoria e Política. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MENDONÇA, Duda. Casos e Coisas. São Paulo, Globo, 2001.

MONTORO, Tânia Siqueira. Comunicação, Cultura, Cidadania e Mobilização Social. Brasília/Salvador, UNB, 1997.

MONZÓN, Cândido. Opinión Pública, Comunicación y Política – La Formación del Espacio Público. Madrid, Editorial Tecnos, 1996.

NUNES, Márcia Vidal. “Tribunal da comunicação 88. As concessões em julgamento”. In: Caderno de Debate, Fortaleza, I(3): - , 1988

_____. Imprensa e Poder - O I e II Veterados (1963-1966 e 1979-1982) no Jornal O Povo. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

_____. Rádio e Política: Do Microfone ao Palanque - os Radialistas Políticos em Fortaleza (1982-1996). São Paulo, Annablume, 2000.



_____. “Rádios Comunitárias no Século XXI: Exercício da Cidadania ou Instrumentalização”. In: MOREIRA, Sônia Virgínia & BIANCO, Nélia R. del Bianco (orgs). Desafios do Rádio no Século XXI. São Paulo: INTERCOM; Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

_____. “Mídia e eleições: o Rádio como Arma Política”. In: Revista Comunicação & Política. Volume IX, n.1, nova série. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, janeiro-abril 2002.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias. Escuta Sonora: Educação Não-Formal, Recepção e Cultura Popular nas Ondas das Rádios Comunitárias. Campinas, mimeografado (tese de Doutorado), 2002.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. “A Reconfiguração do Espaço Público nas Ondas das Rádios Comunitárias”. In: I Simpósio de Rádio e Cidadania na América Latina (org.: Federação Latino Americana das Faculdades de Comunicação/ABECOM e ECA/USP, de 23 a 26 de outubro de 2000 no Memorial da América Latina, em São Paulo, durante o “Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social”, coordenado pelo Oboré Projetos Especiais em Comunicação e Artes).

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos Movimentos Populares – A Participação na Construção da Cidadania. Petrópolis, Vozes, 1998.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Mídia e Política no Brasil. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, 1999.

_____. (org.). Mídia e Eleições de 1998. Salvador, Editora Universitária FACOM/UFBA, 2000.